Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional
Universidade Federal de Pernambuco
ISSN: 1679-1827

Mecanismos de resistência quilombola: um estudo na comunidade Curral Novo (MG)

Quilombola resistance mechanisms: a study in the Curral Novo community (MG)

Kátia Sinara Coelho de Souza Barbosa [1]
Alyce Cardoso Campos [2]
Valderí de Castro Alcântara [3]

[1]Centro Universitário Unihorizontes, Belo Horizonte, MG, Brasil.

[2]Instituto Federal do Sul de Minas Gerais (IFSULDEMINAS), Passos, MG, Brasil.

[3]Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Departamento de Ciências Administrativas (CAD), Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Administração (CEPEAD), Belo Horizonte, MG, Brasil.

Barbosa, K. S. C. de S., Campos, A. C., & Alcântara, V. de C. (2025). Mecanismos de resistência quilombola: um estudo na comunidade Curral Novo (MG).. *Gestão.Org – Revista Eletrônica de Gestão Organizacional – Universidade Federal de Pernambuco*, *23*, 1-25. https://doi.org/10.51359/1679-1827.2025.265735

CC BY NC

Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional
Universidade Federal de Pernambuco
ISSN: 1679-1827

Resumo

Objetivo: Identificar os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas da comunidade Curral Novo (MG) diante das condições adversas e pressões externas e como eles contribuem para as migrações para os centros urbanos.
Método/abordagem: Foi realizada uma pesquisa qualitativa descritiva, com método história oral e aplicação de entrevistas com dez moradores da comunidade. A Análise Temática de Braun e Clarke realizada contou com quatro eixos temáticos: i) Valorização da vida rural; ii) Migração urbana como forma de resistência; iii) Permanência na comunidade quilombola; e iv) Tradição como resistência.
Contribuições teóricas/práticas/sociais: Este estudo trouxe contribuições significativas sobre as relações de poder em comunidades quilombolas, especialmente em relação ao êxodo rural como ato de resistência.
Originalidade/relevância: Entre os mecanismos identificados estão a valorização das práticas tradicionais, preservação dos modos de vida comunitários e organização em movimentos sociais que reivindicam direitos fundamentais, como acesso à terra, educação e recursos básicos. Contudo, quando essas estratégias se mostram insuficientes para garantir a sobrevivência digna e a continuidade no território, muitos quilombolas optam pela migração para centros urbanos. Essa migração, embora possa parecer uma ruptura com a vida comunitária, pode ser vista como uma forma de resistência que redefine o próprio conceito de pertencimento e luta quilombola.
Palavras-chave: Resistência quilombola; Identidade quilombola; Colonização contemporânea; Vida rural quilombola; Apagamento ancestral.

Abstract

Purpose: To identify the resistance mechanisms adopted by the quilombolas of the Curral Novo community (MG) in the face of adverse conditions and external pressures and how they contribute to migration to urban centers.
Design/methodology/approach: A descriptive qualitative study was conducted using the oral history method and interviews with ten residents of the community. The Braun and Clarke Thematic Analysis carried out included four thematic axes: i) Valuing rural life; ii) Urban migration as a form of resistance; iii) Remaining in the quilombola community; and iv) Tradition as resistance.
Research, Practical & Social implications: This study brought significant contributions to the power relations in quilombola communities, especially in relation to rural exodus as an act of resistance.
Originality/value: Among the mechanisms identified are the valorization of traditional practices, preservation of community ways of life and organization in social movements that demand fundamental rights, such as access to land, education and basic

CC BY NC

resources. However, when these strategies prove insufficient to ensure a dignified survival and continuity in the territory, many quilombolas opt to migrate to urban centers. This migration, although it may seem like a rupture with community life, can be seen as a form of resistance that redefines the very concept of quilombola belonging and struggle.
Keywords: Quilombola resistance; Quilombola identity; Contemporary colonization; Quilombola rural life; Ancestral erasure.

Introdução

Na sociedade brasileira contemporânea, os quilombos se apresentam como um fenômeno diversificado e variável de acordo com a região. Porém, o símbolo de resistência que se configura na identidade negra continua sendo reconhecido e mantido fielmente em relação ao passado (Almeida & Nascimento, 2022). Isso representa a forte conexão que eles possuem com suas raízes ancestrais e a resistência contínua às adversidades enfrentadas por esta população. Como remanescentes de quilombos, eles se autodeclaram quilombolas identificados como grupos étnicos raciais com características peculiares a partir de suas relações com o território, ancestralidade, tradições e práticas culturais próprias (Santos, 2018).

Atualmente, os desafios enfrentados pelos quilombolas se ampliam devido a fatores adicionais que os induzem a optar pelo êxodo rural como única alternativa de sobrevivência. Entre esses fatores estão questões políticas e econômicas, como a morosidade no processo de titulação das terras, a paralisação de processos no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o baixo orçamento para a titulação dos territórios quilombolas no país. Dessa forma, percebe-se que as estruturas de dominação exercem um impacto significativo na evolução constante da configuração dessa população marginalizada, afetando a tomada de suas decisões e, consequentemente, a qualidade de vida. No entanto, continuam persistentes na luta por suas terras e pelo reconhecimento de seus direitos territoriais e culturais (Silva, 2010; Santos, 2012).

Dentro das comunidades quilombolas, o êxodo rural tem marcado a história desse povo desde o período colonial com a escravização até os dias contemporâneos, tornando-se um movimento complexo e relevante que exige uma investigação minuciosa (Santos, 2023). A migração pendular desses indivíduos tem sido uma característica marcante como estratégia de resistência frente ao poder hegemônico exercido por seus senhores. Durante esse período da história, os escravizados buscavam escapar das condições opressivas em que viviam, refugiando-se nos quilombos em busca de autonomia e liberdade. Nesse contexto, o êxodo rural surge como uma forma de desafiar o domínio imposto pela elite colonial.

CC BY NC

Consequentemente, os quilombos foram constituídos como refúgios habitados por descendentes de africanos escravizados que haviam fugido das fazendas de seus proprietários durante o período colonial (Leite, 2000).

Com isso, este artigo tem como objetivo identificar os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas da comunidade Curral Novo (MG) diante das condições adversas e pressões externas e como eles contribuem para as migrações para os centros urbanos.

A escolha da unidade analisada foi motivada pela experiência pessoal de um dos autores do trabalho com os moradores da Comunidade Quilombola Curral Novo, do Vale do Jequitinhonha, entre o período de 2017 a 2020. A pesquisadora, juntamente com um grupo de pessoas, teve oportunidade de vivenciar de perto a realidade dessa comunidade que emerge como um exemplo marcante de resistência representando os vários desafios enfrentados por diversas comunidades rurais no Brasil.

As moradias eram construídas principalmente com adobe, distribuídas de forma dispersa ao longo do terreno acidentado da região. Das 28 residências existentes, algumas careciam de banheiros, levando os moradores a recorrerem à natureza para suas necessidades fisiológicas. A falta de infraestrutura básica se estendia ao abastecimento de água, que era realizado de maneira precária, por meio de um sistema que incluía um poço artesiano com bomba elétrica, uma caixa d'água abastecida por caminhão da prefeitura e uma mina, sendo necessário comprar água em casos extremos.

Durante o período de convivência da pesquisadora com a comunidade, estabeleceu-se um contato mais próximo com os moradores, incluindo visitas às suas casas e a promoção de atividades como oficinas de artesanato para as mulheres e contação de histórias para as crianças. Essas interações permitiram à pesquisadora obter uma compreensão mais profunda da realidade enfrentada pela comunidade.

Além da motivação pessoal para a realização da pesquisa, esta também se mostra relevante ao evidenciar a complexidade das relações de poder que podem influenciar as migrações dos habitantes quilombolas para os centros urbanos como estratégia de resistência quilombola contemporânea. Prática essa, usada contra aqueles que os oprimem, impedindo-os de conquistar melhores oportunidades de vida em seus próprios espaços. Ao analisar as relações de poder à luz da teoria de Foucault e a resistência quilombola na ótica de Antônio Bispo dos Santos na Comunidade Curral Novo, é possível entender que o "Poder" é uma força presente em todas as esferas políticas, econômicas e sociais do quilombo. Esse poder invade a própria vida cotidiana do ser humano, alcança o próprio corpo social do indivíduo pelo controle detalhado, minucioso do corpo - gestos, atitudes, comportamentos, hábitos, discursos (Foucault, 2021).

CC BY NC

Fundamentação Teórica

Resistência quilombola e poder

O termo derivado de Kilombo tem sentido social e espiritual, pois se refere tanto aos indivíduos iniciados quanto ao local sagrado onde o ritual de iniciação era realizado. O quilombo como uma forma de organização social, política e cultural dos negros no Brasil expressa a resistência histórica e a busca pela liberdade inspirada na memória dos quilombos coloniais, como o Quilombo dos Palmares. Contudo, essa ideia se amplia além do espaço geográfico, oferecendo ao quilombo uma dimensão simbólica e ideológica dos negros (Nascimento, 2021).

A biointeração, que simboliza viver de forma harmoniosa com a natureza respeitando seus ciclos de vida e suas especificidades, é uma prática preservada pelos quilombolas há séculos. É também uma forma de resistência que visa defender e valorizar o compartilhamento dos saberes socioculturais desses povos contra a dominação dos colonizadores. Portanto, os valores quilombolas são totalmente antagônicos aos da sociedade capitalista. Essas comunidades afroconfluentes descritas por Bispo dos Santos têm como pilar central sua autonomia, o respeito mútuo e as relações sociais. Valorizam a preservação cultural, que é um aspecto importante para eles. Essas comunidades enfatizam o aprendizado prático e coletivo e consideram como prioridade o bem-estar comunitário em detrimento do sucesso individual (Santos, 2023).

Na sociedade capitalista, no entanto, os valores se baseiam em interesses individuais ou coletivos próprios, visando a produção e o capital. Baseiam-se em relações em que a dependência financeira e, muitas vezes, os interesses individuais, são prioridades nas transações comerciais. A competição e a hierarquia são condutas regulares, e a busca pelo crescimento econômico e o lucro tende a homogeneizar a cultura dominante por meio da assimilação forçada de grupos minoritários ou marginalizados, contribuindo para a perda de suas tradições. São sociedades que enfatizam a educação formal mercantilista e individualista, em que o sucesso se associa à realização individual e às conquistas pessoais (Foucault, 2019; Santos, 2023).

Fachini e Ferrer (2019) observam que, segundo Foucault, o biopoder, que se refere ao controle que os estados modernos exercem sobre a população, desempenha um papel importante no desenvolvimento do capitalismo, pois o Estado exerce poder sobre a sociedade e a vida humana com a inserção dos corpos nos processos de produção e a adaptação da população ao sistema econômico. Para as autoras, enquanto o desenvolvimento dos aparelhos de Estado mantém as relações de produção, os aspectos da anatomopolítica (dispositivos disciplinares encarregados de extrair do corpo humano sua força produtiva) e biopolítica (conjunto de mecanismos e

CC BY NC

procedimentos que visam controlar e regular a população) influenciam a economia e as forças envolvidas nesses processos.

Esses aspectos atuam como fatores de segregação e hierarquização social e também podem gerar relações de dominação e efeitos de hegemonia. O ajuste entre a acumulação de pessoas (maneira como o Estado moderno, por meio do biopoder, organiza e concentra populações) e a expansão das forças produtivas, bem como a distribuição diferencial do lucro, foi facilitado, em parte, pelo exercício do biopoder e suas diversas forças e procedimentos (de Souza-Leão et al., 2017; Fachini & Ferrer, 2019).

A resistência quilombola é uma força fundamental contra a opressão do poder dominante contemporâneo. Embora Foucault não tenha tratado especificamente das comunidades quilombolas, sua análise sobre as relações de poder (Foucault, 1984) pode ser aplicada para compreender como a relação entre dominados e dominadores persiste, porém atua de forma inovadora e sutil (Foucault, 2021). Essas novas técnicas de dominação, designadas por Foucault como biopoder e biopolítica, consistem em formas de controle que operam por meio da gestão da vida e do corpo dos indivíduos. O biopoder, segundo Foucault (1988), refere-se ao conjunto de mecanismos pelos quais o Estado e outras instituições regulam os corpos e as populações, não mais por meio da violência direta, mas pela normatização, vigilância e disciplina. A biopolítica, por sua vez, foca no controle das populações em escala coletiva, por meio de práticas como políticas de saúde, segurança, habitação e educação, influenciando o modo de viver e existir das pessoas (Foucault, 1988).

Nas comunidades quilombolas, esse poder invisível moldado pelo biopoder e pela biopolítica se manifesta de formas variadas, influenciando desde aspectos cotidianos até estruturas mais amplas, desafiando a autonomia e preservação cultural dessas comunidades (Foucault, 1999). Diante disso, com base na afirmação de Foucault (1988) de que onde há poder, há resistência, e na de Reis e Gomes (1996) de que onde houve escravidão, houve resistência, percebe-se que os quilombos como instituições de resistência refletem a existência do poder específico que tem como finalidade escravizá-los (Foucault, 1988; Reis & Gomes, 1996). Partindo de uma perspectiva foucaultiana, entende-se que nas relações de poder que perduram após o período escravocrata, a resistência manifestada pelos quilombolas surge como uma resposta aos mecanismos contemporâneos de dominação (Foucault, 1988).

Neste sentido, o poder e o funcionamento dessa força nas áreas rurais, segundo a teoria de Foucault, revelam o poder não como algo exclusivo de um grupo ou de uma pessoa, mas que está presente em todas as relações pessoais (Foucault, 2021). O autor traz uma narrativa pós Segunda Guerra Mundial, destacando o desenvolvimento de inovações tecnológicas no período, como a

CC BY NC

monocultura do trigo vendida para os países subdesenvolvidos. Isso impactou o modo de vida das pessoas na época, principalmente aquelas que viviam no campo, as quais tiveram de se adaptar às novas ferramentas de trabalho.

A globalização contribuiu, assim, para o êxodo rural ao induzir os pequenos agricultores a competirem no mercado global, forçando-os a abandonarem suas terras em busca de melhores oportunidades econômicas nas cidades (Santos, 2012). A modernização do processo produtivo no campo, por meio da mecanização e concentração fundiária, resulta na perda de empregos e leva muitas pessoas a migrar para centros urbanos em busca de trabalho (Silva, 2010; Santos, 2012).

Metodologia

Esta pesquisa adotou uma abordagem qualitativa descritiva por iniciar com questões de interesse amplo, sendo melhor definidas e limitadas ao longo da evolução da investigação, além de trabalhar com dados descritivos e perspectivas dos sujeitos para alcançar a compreensão do fenômeno estudado (Godoy, 1995).

O método de pesquisa utilizado é a história oral. Segundo Ribeiro (2020), as narrativas dos sujeitos quilombolas, baseadas em suas vivências, são fundamentais para preservar a memória coletiva e transmitir os saberes ancestrais dessas comunidades. Essas histórias de resistência, luta e sobrevivência, muitas vezes ausentes dos registros oficiais, desempenham um papel extremamente relevante na manutenção da identidade cultural e da harmonia social dos quilombolas.

A unidade de análise desta pesquisa é a Comunidade Quilombola Curral Novo, localizada no município de Virgem da Lapa, região do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, em que, segundo Boni e Quaresma (2005), os participantes possuem maior possibilidade de discorrer sobre o tema abordado. As entrevistas ocorreram com dez moradores de diferentes faixas etárias (sendo todos maiores de 18 anos), sendo um homem e nove mulheres. É relevante informar que estes foram os moradores que aceitaram o convite para participar da pesquisa.

A análise dos dados ocorreu por meio da Análise Temática de Braun e Clarke (2006). A utilização da Análise Temática é relevante na área da administração, especialmente em ciências, na qual a metodologia pode ser aplicada para interpretar dados qualitativos eficazmente. Nesse sentido, a análise temática pode ser uma alternativa para pesquisadores que desejam entender fenômenos educacionais sem as restrições teóricas mais rígidas. Isso permite que os pesquisadores se concentrem nas questões de pesquisa sem a necessidade de se comprometerem com teorias complexas (Braun & Clarke, 2006).

CC BY NC

A Análise Temática é dividida em etapas, sendo estas: i) familiarização com os dados, onde o pesquisador imerge nos dados coletados; ii) geração de códigos, onde partes relevantes dos dados são destacadas e rotuladas com códigos; iii) busca por temas, onde os códigos são agrupados em temas mais amplos; iv) revisão dos temas, de modo a garantir que estes sejam coerentes e representem adequadamente os dados; v) definição e nomeação dos temas; e, por último, a vi) produção do relatório.

Desta maneira, foram criados quatro eixos para os fins da Análise Temática, presentes na Tabela 1.

Eixos temáticos	Descrição do eixo temático
1 – Valorização da vida rural	A manutenção da vida no campo, centrada na agricultura sustentável, nos saberes ancestrais e na relação com a terra representa uma rejeição ao modelo de modernidade que privilegia o urbano em detrimento do rural. Esse ato de resistência preserva a identidade cultural quilombola e contraria as políticas que buscam deslegitimar e deslocar essas comunidades, reafirmando seu direito ao território e à autonomia.
2 – Migração urbana como forma de resistência	Esta pode ser interpretada como uma forma paradoxal de resistência, onde a própria movimentação para os centros urbanos se torna uma estratégia de sobrevivência. Nesse sentido, a migração urbana, embora resultado de pressões econômicas e políticas, também representa uma maneira de confrontar o abandono estatal e as dificuldades impostas pela vida rural, ao usar o espaço urbano como uma plataforma para reivindicação de direitos e visibilidade social.
3 – Permanência na comunidade quilombola como forma de resistência	A decisão de permanecer no quilombo, apesar das pressões externas como o êxodo rural, a falta de recursos e o abandono estatal é uma maneira de desafiar as formas de controle que tentam forçar a dispersão e a assimilação dessas comunidades. Optando por permanecer em seus territórios, os quilombolas reafirmam sua autonomia sobre a terra e a vida coletiva, preservando suas tradições, seus saberes ancestrais e suas práticas de subsistência.
4 – Tradição como resistência	A tradição nas comunidades quilombolas funciona como uma forma de resistência ao poder disciplinar que historicamente busca submeter e controlar esses grupos, haja vista que o poder tenta homogeneizar toda a população culturalmente. Por isso, mediante a manutenção e valorização de seus costumes, os quilombolas desafiam essas tentativas, preservando uma memória coletiva e uma identidade.

Tabela 1. Eixos temáticos
Fonte: Elaborado pelos autores.

Destaca-se que este artigo é fruto de uma dissertação de mestrado que foi aprovada pelo Comitê de Ética da instituição sob o protocolo de número 4220.

Além disso, é importante ressaltar que as interpretações e análises apresentadas se baseiam não apenas nas falas transcritas, mas também em outras contribuições coletadas durante as entrevistas, bem como em observações contextuais que permitiram uma compreensão mais ampla das dinâmicas e perspectivas da comunidade quilombola.

Resultados e Discussão

Os resultados obtidos com as entrevistas evidenciam a complexidade dos mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas diante das condições adversas e das pressões externas

CC BY NC

que impactam profundamente suas comunidades. As estratégias de resistência são variadas, envolvendo ações individuais e coletivas que buscam, ao mesmo tempo, preservar a identidade cultural quilombola e garantir a sobrevivência física e econômica em um contexto de exclusão e marginalização.

Os mecanismos de resistência identificados na Comunidade Quilombola não apenas revelam a capacidade de adaptação e luta de seus membros, mas também destacam a necessidade urgente de políticas que respeitem e integrem as especificidades dessas comunidades. A resistência quilombola, portanto, reflete tanto a luta pela sobrevivência em face de adversidades quanto a busca por dignidade, identidade e autonomia. Ao compreender essas estratégias, esta pesquisa não apenas revela as realidades enfrentadas pelos quilombolas, mas também aponta para caminhos que podem ser trilhados para promover uma coexistência mais equitativa entre as comunidades rurais e os centros urbanos, garantindo que as vozes quilombolas sejam valorizadas em sua luta por justiça social e reconhecimento.

Desta maneira, serão abordados os quatro eixos temáticos da pesquisa.

Valorização da vida rural

O Eixo 1 – Valorização da Vida Rural discute o quanto reconhecer a importância da vida rural é fundamental para a preservação cultural e autonomia dessas comunidades, que têm suas raízes históricas e sociais profundamente entrelaçadas com o território. A vida rural quilombola é marcada por práticas agrícolas tradicionais, manejo sustentável dos recursos naturais e formas de convivência comunitária que mantêm o vínculo com os ancestrais e as lutas pela terra. Essas práticas, além de proverem subsistência, constituem uma forma de resistência às pressões externas, como a expansão do agronegócio e a especulação imobiliária, que ameaçam a integridade territorial e a sobrevivência dos quilombos. Ao valorizar o modo de vida rural, as comunidades preservam sua identidade cultural e reforçam o sentido de pertencimento ao território, criando uma rede de solidariedade e autossuficiência que fortalece sua resiliência frente às adversidades (Santos, 2023).

Essas práticas de autossuficiência podem ser interpretadas como uma contra-conduta (Foucault, 2008) frente às tecnologias de poder que visam a dependência econômica. Ao criar redes alternativas de subsistência, os quilombolas subvertem a governamentalidade neoliberal que privilegia o mercado como mediador exclusivo das relações sociais.

Em relação à resistência por meio da valorização da vida rural, os discursos dos quilombolas se destacam:

> Eu gostava e gosto de lá até hoje não pretendo sair não. Eu moro lá mesmo. Ah, eu gosto muito da roça! Eu gosto de criar as coisas, sabe? Eu gosto de conviver na roça mesmo. Eu gosto muito de conviver lá. Ah,

CC BY NC

> lá o ar é outro! Acho muito bom conviver lá! (Quilombola 2).
>
> Eu tenho muito boa lembrança assim de uma coisa que lá não tem mais, mas que tinha antes. No fundo da casa da minha mãe, tinha um córrego que passava onde que 'a gente banhava', tinha um poço, aí juntava aquele monte de menina de menino e ia todo o mundo 'banhá' lá no poço e hoje não existe mais, né? Hoje lá secou, não corre mais água (Quilombola 3).
>
> É, o que vive na cidade é 'mais diferente', o quilombola é 'mió'. É mió que você tem uma fruta na roça, você tem uma cana pra fazer uma garapa, cê tem uma laranja, você vai ter um criatório de porco, galinha é 'mais mió'. Não precisa tá comprando tanta coisa no mercado. 'Os quilombola é mió', eu acho 'mió' (Quilombola 8).

A partir das falas mencionadas acima, assim como de outras observações durante as entrevistas, a valorização da vida rural está intrinsecamente ligada à sustentabilidade e ao desenvolvimento local. Ao se relacionarem com técnicas agroecológicas, as comunidades quilombolas promovem uma relação equilibrada com o meio ambiente, garantindo a manutenção de recursos naturais para as gerações futuras. Esse modelo de desenvolvimento, que se distancia das práticas predatórias e do consumo excessivo dos recursos naturais típicos de modelos econômicos urbanos e capitalistas, reforça a importância de fortalecer a permanência no campo.

Outrossim, a vida no quilombo é marcada por uma gestão compartilhada que valoriza a participação de todos os membros da comunidade, refletindo uma organização social fundamentada na coletividade e na solidariedade. Nesta perspectiva, as decisões são frequentemente tomadas de forma coletiva, promovendo um ambiente democrático que fortalece os laços comunitários. Essa gestão coletiva não apenas assegura que as necessidades de cada membro e do próprio quilombo sejam ouvidas, mas também potencializa a diversidade de saberes e experiências presentes na comunidade. A valorização da vivência rural é uma consequência direta desse modelo de gestão, pois promove práticas que respeitam e integram o conhecimento ancestral à vida cotidiana, como a agricultura familiar, a medicina tradicional e as manifestações culturais.

A gestão coletiva valoriza ainda o compartilhamento de conhecimentos sobre o funcionamento das mineradoras e outras possíveis intervenções na comunidade. Essa troca de informações, feita pelos próprios quilombolas que têm contato com essas instituições, é necessária para o fortalecimento da comunidade. O preparo dos quilombolas para defender seu território e seus direitos diante de possíveis intervenções externas é uma contribuição essencial, assim como a divulgação do quilombo nessas empresas. Isso pode ser constatado pelos depoimentos dos quilombolas entrevistados:

CC BY NC

> Eu acho que melhoraria, teria uma renda, porque lá ninguém tem renda a não ser os aposentados, ninguém tem renda. Sobre o agronegócio ou agricultura familiar no quilombo: Eu penso na agricultura familiar porque é mais saudável, né, e dá uma oportunidade para todos né, que nem todo mundo tem condições de ter uma máquina, né? (Quilombola 3).

> Se a gente tivesse uma fonte de renda, tipo uma cooperativa, eu acharia que melhoraria lá um pouco. Porque assim, às vezes as pessoas tivessem alguma coisa para plantar, a gente plantasse e tivesse alguém que comprasse as 'nossas produção' de lá, né (Quilombola 3).

> Pode ser que um dia chegue alguém dessa mineradora lá na comunidade, quer explorar lá. Se você trabalha lá, você conhece, conte para sua comunidade como é que funciona. Para que eles estejam preparados (Quilombola 9).

A gestão compartilhada no quilombo fortalece a valorização da vivência rural ao promover a autonomia econômica e social da comunidade. Por meio da cooperação em atividades como o cultivo de alimentos e a produção artesanal, os quilombolas garantem sua subsistência e reafirmam a importância de suas práticas culturais e modos de vida tradicionais. Esse fortalecimento da vivência rural é importante para a resistência à hegemonização de valores urbanos que frequentemente deslegitimam a vida no campo e suas práticas. Assim, a vida e a gestão compartilhada do quilombo se tornam uma forma de sobrevivência e um poderoso ato de resistência cultural que desafia as narrativas que marginalizam a vida rural e suas singularidades.

Migração urbana como forma de resistência

Por sua vez, o Eixo 2 – Migração Urbana como Forma de Resistência exemplifica como o êxodo rural, embora muitas vezes associado a um movimento forçado em busca de melhores condições de vida, pode também ser visto como uma forma de resistência para os povos quilombolas. Diante da histórica marginalização e da escassez de recursos nas áreas rurais, muitos quilombolas migram para os centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho, educação e acesso a serviços básicos, como saúde e saneamento (Silva, 2010). Esse movimento representa uma estratégia de sobrevivência e adaptação às pressões externas que ameaçam sua subsistência nos territórios de origem. Outrossim, o êxodo rural, no contexto dos quilombolas do Curral Novo, possibilita maior acesso à saúde, educação e trabalho, fatores esses que lhes são negados no quilombo, como apontado nos testemunhos a seguir:

> [Motivo da migração] Lá não tem trabalho, né, lá não tem água suficiente, né? Na minha comunidade não tem (Quilombola 3).

> Aí era muito longe, aí eu 'peguei gravidez' do Nicolas, aí depois veio

CC BY NC

> a Manuela, que a Manuela tem um problema de saúde aí fica difícil eu pagar carro pra poder 'trazer ela' na consulta, pra ir pra Diamantina, essas coisas. E lá não tem hospital, não tem um posto de saúde (Quilombola 6).
>
> Eu fico aqui na cidade para estudar, mas eu vou lá nos finais de semana porque a minha mãe mora lá. Sobre o motivo de ficar na cidade: Estudo e trabalho! (Quilombola 7).
>
> Hoje não faz isso mais porque as pessoas mais velhas de lá 'tá morando' aqui na cidade! Porque não tem estrada, porque se a pessoa adoecer lá, né, pra sair é difícil (Quilombola 10).

A ocupação dos espaços urbanos configura uma prática de resistência que Foucault (1999) denominaria "insurreição dos saberes subjugados", em que corpos marginalizados reclamam seu direito à cidade, desafiando a espacialização do poder que os confina a periferias físicas e simbólicas. Essa mobilidade espacial questiona a biopolítica urbana, que define quem pode habitar quais territórios.

Vale salientar que a migração não significa um abandono completo da identidade quilombola, mas sim uma forma de reafirmar e fortalecer sua presença e visibilidade, conectando suas lutas às dinâmicas sociais e políticas das cidades. Assim, a migração urbana não é apenas uma resposta às adversidades, mas também uma forma ativa de contestação e fortalecimento das lutas quilombolas, permitindo que essas populações continuem a resistir e lutar pela preservação de seus direitos e de sua cultura, tanto no campo quanto na cidade (Santos, 2012).

A análise das falas dos quilombolas revela que as migrações para os centros urbanos, apesar de serem muitas vezes vistas como uma solução temporária, se tornam permanentes para uma parcela significativa da população quilombola. A inserção dos quilombolas nas cidades é marcada por dificuldades, como a discriminação racial, trabalho precário e a falta de acesso a moradias dignas (Reis & Gomes, 1996). Entretanto, muitos migrantes quilombolas mantêm laços com suas comunidades de origem, seja por meio de visitas periódicas, seja através do envio de remessas financeiras para suas famílias. Esses laços mantêm viva a conexão com o território e permitem que, em alguns casos, as migrações se tornem parte de uma estratégia de resistência econômica, onde o trabalho urbano sustenta a vida no quilombo.

A migração de povos quilombolas para as zonas urbanas também pode ser compreendida à luz do conceito de biopoder. Ao se tratar das comunidades quilombolas, essa migração está frequentemente associada à exclusão e à pressão exercida pelas estruturas sociais, econômicas e políticas, que, ao negligenciar o desenvolvimento das áreas rurais, forçam essas populações a deixarem seus territórios tradicionais em busca de melhores condições de vida nas cidades. Essa migração nem sempre é uma escolha voluntária, mas sim uma

CC BY NC

consequência das dinâmicas econômicas que restringem o acesso a direitos fundamentais, como saúde, educação, trabalho e terra (Reis & Gomes, 1996). O biopoder, nesse caso, manifesta-se no gerenciamento das condições de vida das comunidades quilombolas, impondo-lhes uma existência precária que direciona seus corpos para as áreas urbanas, onde são submetidos às novas formas de controle e exploração (Foucault, 2021).

Neste cenário, pode-se inferir que as dinâmicas de poder se manifestam nas situações expostas pelos quilombolas:

> [Influência dos fazendeiros.] O pessoal... teve um senhor lá que roçou na nascente, aí diminuiu a água. Aí veio a plantação de eucalipto também e desmatamento, teve uma 'desmatação' na nascente, aí por isso que a água diminuiu. Era 'dum' fazendeiro. 'Eles plantava' ali na chapada, né? A nascente está embaixo, aí na chapada, né? Aí roçou a Chapada e plantou o eucalipto. Então assim, a umidade, que a chapada é plana, a água que bate na chapada, ela não corre, então vai 'filtrano', aí dá na nascente, filtrava a nascente. Mas tinha, corria muita água (Quilombola 5).

> Tem muita gente que já saiu da comunidade e tá lá até hoje [na cidade]. É porque o lugar nosso aqui é muito fraco. Não tem os recursos (Quilombola 1).

> Vai da necessidade de cada um, né? Se não tem jeito, tem que sair. Por que como é que você vai sobreviver? Não tem outra alternativa. O certo é sair pra caçar outro recurso, né? (Quilombola 1).

> Lá não tem trabalho, né, lá não tem água suficiente, né? (Quilombola 3).

Nas zonas urbanas, os quilombolas migram para espaços periféricos, enfrentando condições de vida adversas que perpetuam a exclusão social e econômica. Sob a lógica do biopoder, o Estado e o mercado administram e controlam essas populações ao regularem o acesso a recursos e serviços, condicionando suas vidas a um ciclo de marginalização.

Já nas cidades, os quilombolas não apenas enfrentam a precariedade habitacional e laboral, mas também são atravessados por um controle disciplinar que busca integrá-los aos mecanismos de produção capitalista, desconsiderando suas práticas culturais e identidades coletivas. Nesse processo, observa-se como as identidades quilombolas são fragmentadas através de dispositivos que regulam sua vida e circunscrevem suas possibilidades de resistência. O deslocamento compulsório dos territórios tradicionais opera como uma tecnologia de poder que, ao interromper suas conexões com a terra, produz efeitos de enfraquecimento dos laços comunitários e das capacidades de resistência coletiva. Dessa forma, a migração quilombola para a cidade pode ser vista como uma expressão concreta das relações de biopoder, que, ao geri-

CC BY NC

rem suas condições de existência, produzem novas formas de controle e sujeição.

Cabe salientar que o êxodo rural pode representar um grave risco de extinção para os quilombos, uma vez que a migração forçada de seus membros em busca de melhores condições de vida nas zonas urbanas pode comprometer a continuidade e a sobrevivência dessas comunidades, no caso de perda da ancestralidade. À medida que os jovens e as famílias abandonam seus territórios tradicionais em decorrência da falta de oportunidades, acesso a serviços básicos e pressões econômicas, os quilombos perdem não apenas sua força de trabalho, mas também a transmissão de saberes e práticas culturais essenciais para a manutenção de sua identidade. Essa migração em massa resulta em um esvaziamento demográfico que fragiliza as estruturas sociais e comunitárias, tornando mais difícil a luta por direitos territoriais e a resistência às pressões externas (Santos, 2012).

A dispersão da população quilombola para centros urbanos não apenas dilui suas identidades coletivas, mas também torna mais vulneráveis os que permanecem nos quilombos, que enfrentam a ameaça constante da exploração de suas terras e recursos. Consequentemente, o êxodo rural ameaça a existência física dos quilombos e coloca em risco a continuidade de suas culturas, histórias e modos de vida, sinalizando um potencial apagamento de um patrimônio cultural que é resultado de séculos de resistência e luta pela dignidade e reconhecimento (Silva, 2010).

Permanência na comunidade quilombola como forma de resistência

No tocante ao Eixo 3 – Permanência na Comunidade Quilombola como Forma de Resistência, apurou-se que a permanência na comunidade quilombola se configura como uma forma de resistência frente às diversas ameaças que essas comunidades enfrentam, como a exploração econômica, o êxodo rural e a invisibilização cultural. Ao optar por permanecer em seus territórios, os quilombolas reafirmam seu direito à terra e sua conexão com a ancestralidade, o que é fundamental para a preservação de sua identidade cultural.

Essa permanência não é apenas uma questão de localização geográfica, mas também uma afirmação da resistência coletiva a um contexto histórico de marginalização e luta por direitos. Ao cultivarem suas terras e manterem suas práticas tradicionais de vida, essas comunidades criam um espaço seguro que fortalece laços familiares e sociais, permitindo que os saberes e as culturas quilombolas sejam transmitidos às novas gerações.

Em relação à permanência no Curral Novo como forma de resistência, os quilombolas afirmam que:

> Então, se eles não fossem um pessoal resistente, eles não 'taria' lá não, né? (Quilombola 3).

CC BY NC

> Na minha casa, eu tinha uma pessoa que me incentivava a permanecer na escola e não foi todo mundo que teve isso (Quilombola 9).
>
> Porque o emprego da cidade é a única garantia que ela tem de que vai ter a renda, né? Então seria mais é oferecer esse transporte para que as pessoas que têm que estar trabalhando aqui na cidade, que tem emprego aqui pudesse estar lá e aqui sem ser prejudicada, sabe? (Quilombola 10).

Além disso, a permanência na comunidade quilombola é uma estratégia de luta que também se manifesta na organização e na estruturação social. Os quilombolas frequentemente se unificam em torno de questões comuns, como a defesa dos direitos territoriais e a busca por políticas públicas que garantam o acesso a recursos e serviços básicos. A resistência através da permanência fortalece o protagonismo das comunidades, tornando-as visíveis e atuantes nos movimentos sociais, nas reivindicações de seus direitos e na luta contra a opressão, como exposto pelos quilombolas a seguir:

> Lá cada um faz a sua. Vamos supor, se eu precisar, cê me ajuda, outro precisar, eu ajudo. É assim, é um 'ajudano' o outro (Quilombola 1).
>
> Qualquer coisa a ser decidida tem que conversar com eles dois. Mas assim sempre chega num bom senso dentro da comunidade (Quilombola 3).
>
> Se tem uma reunião, o povo tem que ir unido com todo mundo, né? Num ter briga isso aí. É, algum tempo atrás tinha briga, hoje 'num' tem mais, tem que ter união, né? Tem que ter união, eu acho (Quilombola 8).
>
> A associação funciona com base 'ne' assembleias, né? Toda a decisão que a associação vai tomar, a gente faz uma assembleia. Assembleia tem as votações. Se a maioria concorda, tudo bem, se a minoria, né, que discordou tiver argumentos de porque que discordou, a gente repensa (Quilombola 9).
>
> Quando tem um benefício, aí a associação fica responsável pra distribuir, por arrecadar o dinheiro para pagar o carro para levar. Só isso (Quilombola 10).

Esse engajamento com o território é essencial para a construção de uma identidade coletiva forte, que desafia as narrativas históricas de exclusão e invisibilidade. Ao permanecerem em seus territórios, os quilombolas não apenas garantem a sobrevivência de suas culturas e modos de vida, mas também se posicionam como protagonistas de sua própria história, resistindo ativamente à marginalização e lutando pela justiça social e pela preservação de seus direitos (Santos, 2018). Essa resistência, contudo, não se limita ao passado ou à dimensão simbólica, pois continua presente nas tensões cotidianas vividas pelas comunidades.

As relações de poder entre os quilombolas e os colonizadores, embora tenham suas raízes históricas no período da escravização, continuam a

CC BY NC

se manifestar atualmente sob novas formas. Os quilombolas ainda enfrentam dinâmicas de dominação e exclusão em relação ao Estado e às elites econômicas. Essas relações de poder se expressam através da luta pelo território, onde as comunidades quilombolas reivindicam o direito à terra que ocupam historicamente, enquanto enfrentam interesses de grandes latifundiários, empreendimentos imobiliários e do agronegócio. A análise desses conflitos pode ser enriquecida pela noção foucaultiana de biopoder (Foucault, 2008), em diálogo com estudos contemporâneos sobre territorialidade quilombola (Santos, 2023).

O controle sobre o território e os recursos naturais é uma extensão do poder exercido pelos "colonizadores modernos", que utilizam o aparato jurídico e econômico para limitar o acesso das comunidades quilombolas a esses espaços. Assim, mesmo após séculos de resistência, os quilombolas continuam sujeitos a uma forma de colonização contemporânea, na qual suas terras, culturas e modos de vida são sistematicamente ameaçados por forças externas (Fachini & Ferrer, 2019).

Deste modo, os quilombolas afirmam sobre sua própria resistência:

> Daqui a alguns dias, a encanação vai estar sendo feita, então acredito que muitas pessoas que mudou para cá [cidade] vai estar voltando para lá. Tem sua casinha lá, vai voltar (Quilombola 9).
>
> Hoje em dia, a gente conseguiu, né, através da associação, esse era um problema coletivo, a gente conseguiu uma barragem para lá. A gente tem uma barragem lá que hoje ela ocupa quase 1 hectare de Terra e ela está cheia. Um hectare de Terra, né, de comprimento assim, de largura, e uns 12 metros de profundidade. Ela está completamente cheia (Quilombola 9).
>
> Então, futuramente a gente precisa devolver o que a comunidade nos deu, né, que o quilombo nos deu. E se ele nos deu força e resistência de tá aqui hoje, a gente tem que devolver, a gente tem que dar nem que seja um mínimo de volta. É isso (Quilombola 9).
>
> Porque lá a gente sabe que no futuro não vai, a comunidade eu acho que ela não vai resistir (Quilombola 10).
>
> Resistência quilombola é justamente a parte de não perder sua essência, não é que seria, por exemplo 'ah, não, a gente tem que lutar contra todas as pessoas que forem aparecer aqui no nosso quilombo. Não!'. Para mim, é não perder a essência independente do ambiente que você está vivendo. Porque nenhum quilombo sobrevive se a gente só vive lá! Você só tá lá! Não vai prevalecer o quilombo! Porque ser quilombola não é viver em terra quilombola. Ser quilombola é ter sua descendência de quilombola e dizer que é quilombola! (Quilombola 9).

Diante dessas pressões, a resistência quilombola simboliza a manutenção de sua essência: sentir-se e iden-

CC BY NC

tificar-se como quilombola, mesmo estando longe das terras de origem. É reafirmar ser quilombola como forma de sobrevivência e preservação da identidade coletiva. Essa resistência se dá em múltiplos níveis, desde a reivindicação judicial de seus direitos territoriais até a defesa de suas tradições culturais que se mantêm como elementos centrais de sua autonomia e subsistência. A organização dos quilombolas tem sido fundamental para enfrentar as tentativas de exploração e expropriação, utilizando a articulação entre as comunidades e o apoio de aliados externos como estratégia de combate à hegemonia das forças colonizadoras (Franco, 2019).

Ademais, a preservação de práticas culturais e de conhecimentos ancestrais funciona como uma forma de resistência simbólica, reafirmando a autonomia quilombola diante das tentativas de homogeneização e apagamento cultural. Nesse cenário, os quilombos se constituem não apenas como territórios físicos, mas também como espaços de resistência, onde as relações de poder são constantemente desafiadas e as identidades quilombolas são preservadas e fortalecidas (Nascimento, 2021).

Tradição como resistência

Além disso, o Eixo 4 – Tradição como Resistência demonstra como os costumes e hábitos são centrais para os povos quilombolas, funcionando como uma maneira de preservar e afirmar sua identidade frente às forças opressoras que tentam apagá-la. As práticas culturais, como os rituais religiosos, a música, a dança e os saberes tradicionais, são transmitidas de geração em geração, reforçando o vínculo entre o passado e o presente, além de conectar os quilombolas às suas raízes ancestrais.

Em um contexto de constante pressão externa, seja pela modernização forçada ou pela expropriação de terras, a manutenção dessas tradições é um ato de resistência ativa, garantindo que os modos de vida quilombolas não sejam diluídos ou substituídos pela cultura dominante. A tradição, nesse sentido, fortalece a coesão social e o sentido de pertencimento dentro das comunidades, tornando-se uma força unificadora contra as tentativas de assimilação cultural e perda de identidade (Pereira, 2014).

No Curral Novo, tem a Reza de Três de Maio, que é a Festa de Santa Cruz ou a Festa dos Pretos, cuja importância é apontada pelos quilombolas:

> Lá tem até hoje a reza de Três de Maio, tem o Cruzeiro, aí o Três de Maio, todo ano Três de Maio, o povo vai lá e reza, bate o tambor, faz festa lá no cruzeiro. Acho até que você já 'té' viu que vocês vai lá, né? Tem a 'cruzona' lá debaixo do pau, aí o povo vai lá 'tardinha' e reza, bate tambor, vai o pessoal do rosário faz um festão lá (Quilombola 1).

> Tradições, tem a festa de Santa Cruz, né, que acontece no dia Três de Maio. 'Eles enfeita' o Cruzeiro, o marco, a Bandeira. Aí eles têm a tradição de fazer biscoito, bolo, só essas comidas típicas assim, né? Aí tem a roda de batuque que tem as

CC BY NC

> batuqueira, que batuca, que vai bater tambor, né? Tipo 'dos escravo' mesmo, né? Tem 'os tambor', isso acontece todo ano. Aí onde que tem a reza, que é a tradição, temos de rezar 100 vezes, 'eles ajoelha e levanta' 100 vezes. E 'eles conta' a 100 vezes, reza no milho. Aí, esse milho 'eles pega', quando é esse ano eles contou, quando é no final de ano, eles planta esse milho, aí colhe esse mesmo milho pra contar no ano que vem. Dessa forma que acontece (Quilombola 3).
>
> É a festa 'dos preto' e junta tudo nesse mesmo dia, aí faz ali uma reunião, reúne todo mundo lá em volta do Cruzeiro (Quilombola 3).
>
> Eu acho que é uma maneira de reunir todo mundo da comunidade, pede a benção pra comunidade que os dias de hoje 'num' tá bonito! Aí vai... (Quilombola 4).
>
> 'Vai também os tambozeiros' daqui da cidade, vai para lá, vai bater tambor, vai batuqueira, todo mundo batuca (Quilombola 6).

No Curral Novo, os quilombolas destacaram a presença desse importante evento cultural, o "Três de Maio" ou "Festa dos Pretos". Os rituais quilombolas exemplificam o que Foucault (2019) analisou como "corpos dóceis" que se recusam à docilização. As performances culturais reinventam a memória como arma contra o epistemicídio, transformando o corpo individual em arquivo vivo de saberes que escapam aos registros oficiais do Estado.

A manifestação cultural quilombola, como a celebração de suas festividades ou a transmissão oral de histórias, é um lembrete da resiliência e da luta contra a escravidão, a colonização e o apagamento. Ao manterem suas tradições vivas, os quilombolas reafirmam seu direito à existência plena e digna, resistindo à homogeneização cultural imposta pela sociedade majoritária e reivindicando o reconhecimento e o respeito por suas contribuições culturais e sociais. Dessa forma, a tradição não é apenas uma prática cultural, mas um poderoso instrumento de resistência que fortalece a identidade quilombola e sustenta a luta pela sua preservação territorial e autonomia (Pereira, 2014).

Dentro da tradição enquanto resistência, tem-se como problemática a hegemonização dos povos quilombolas, a qual ocorre em um contexto em que suas práticas culturais tradicionais são desvalorizadas e, muitas vezes, relegadas ao esquecimento, levando a um apagamento ancestral. O resultado disso é um ambiente em que as comunidades quilombolas são pressionadas a se conformar a um ideal de modernidade que não reconhece suas especificidades, levando a uma assimilação forçada que dilui suas identidades e tradições (Silva, 2010).

O apagamento ancestral se torna uma consequência direta dessa hegemonização, fazendo com que as novas gerações cresçam sem uma conexão profunda com sua história cultural, uma vez que as expressões artísticas, as

CC BY NC

práticas religiosas e os sistemas de conhecimento que sustentam a vida quilombola são frequentemente ignorados ou desvalorizados (Pereira, 2014).

Sendo assim, os quilombolas revelam a perda do vínculo ancestral devido ao desconhecimento de suas origens, incluindo o surgimento da comunidade e a origem do nome "Curral Novo":

> Aí eu não sei informar não, não lembro, não sei, não lembro (Quilombola 1).
>
> 'Eles fala' que foi assim: um quilombo, sabe, no tempo 'dos escravo' que a comunidade, eles fala que é do tempo dos escravo, é uma comunidade quilombola, não sei, nunca parei para pensar (Quilombola 2).
>
> Sei assim por alto, da cabeça a gente vem na memória, né? Chama o Curral Novo 'causa que' veio um morador, ele fez um, chegou lá aí tinha um curral 'véi', né? Aí ele desmanchou esse curral, fez um curral novo, aí ele encontrava com os amigos dele aí falava assim: 'ô cumpadre, vai lá em casa 'pro cê vê'. Eu fiz um curral novo (Quilombola 3).
>
> Ah, isso aí eu não sei! (Quilombola 4).
>
> Essa parte não vou saber te responder não (Quilombola 5).
>
> Eu não sei… (Quilombola 6).
>
> Se bem que não (Quilombola 7).
>
> Ah, eu não sei como ela surgiu não, eu sei o que eu moro lá, desde que eu conheço é Curral Novo (Quilombola 8).
>
> Olha, então eu não sei muito. Me contam, né, lá surgiu a partir dos descendentes dos escravos que fugiam dos fazendeiros e começou a formar, né, o pequeno povoadinho. E o nome, eu ouvi essa história, na verdade, foi esse ano que eu ouvi essa história, de que o nome lá é porque tinha o fazendeiro, ele tinha uma criação bem grande de gado e todo mundo que chegava para ver ele, ele ia convidava para ver o curral novo que ele tinha feito (Quilombola 9).
>
> O pessoal fala que o pessoal foi e chegou lá, né? Aí que tinha um curral bonito, não sei se é verdade, né? Aí que surgiu esse nome através desse curral novo que tinha lá, né? Mas eu não sei se é a história real sabe, que a pessoa mais velha assim que tinha lá, pra falar a verdade, nunca sentei com ela para conversar e perguntar isso, sabe? Então acabou que acho que perdeu a história real (Quilombola 10).

Os relatos dos quilombolas expressam também a resistência diante do apagamento ancestral, apesar da homogeneização:

> Meu sogro contava que antigamente o povo fazia cerca, era tipo, o povo trabalhava muito com fim ... é 'cumé'? Roda de 'fiá' algodão, esses trem, farinha fazia naqueles fornão de pedra, era desse jeito (Quilombola 1).
>
> O objetivo dessa festa é de crescer mais a comunidade, é o conhecimento né. É conhecida por lá (Quilombola 5).

CC BY NC

> Resistente, eu acho resistente 'as pessoas que continua' forte com as tristezas que levou as pessoas a falecer. Continuou, continua aquelas pessoas lá do mesmo jeito. 'É as tradições', as tradições não podem acabar. A união das comunidades, 'das pessoas que convive' ali dentro da comunidade pra não acabar (Quilombola 6).
>
> Se eu saí da minha comunidade, se eu tive a necessidade de sair, eu ainda posso contribuir meio que seja com o básico de tá divulgando que existe a minha comunidade (Quilombola 9).
>
> Os alunos mesmo, a gente costumava faltar de aula no dia porque era o costume todo mundo levantar bem cedinho no dia Três de Maio ir lá pra enfeitar (Quilombola 10).

Esse apagamento ancestral, contudo, não se dá sem resistência. Apesar da hegemonização, os povos quilombolas têm buscado reafirmar suas identidades culturais por meio de diversas formas de resistência, que vão desde a preservação de rituais e celebrações até a luta por políticas públicas que reconheçam e valorizem sua cultura (Mattos, 2006). Diante desse cenário, as comunidades têm se mobilizado para criar espaços de fortalecimento de suas identidades, promovendo a troca de saberes entre gerações e reafirmando a importância de suas práticas culturais como elementos centrais de sua existência (Nunes, 2024).

Desta maneira, embora a hegemonização e o apagamento ancestral sejam desafios significativos, a luta pela valorização das práticas culturais tradicionais também se apresenta como um meio poderoso de resistência e reafirmação das identidades quilombolas em face das pressões externas.

Mapa temático

A Figura 1 apresenta o mapa temático, criado de forma a sistematizar os resultados desta pesquisa.

CC BY NC

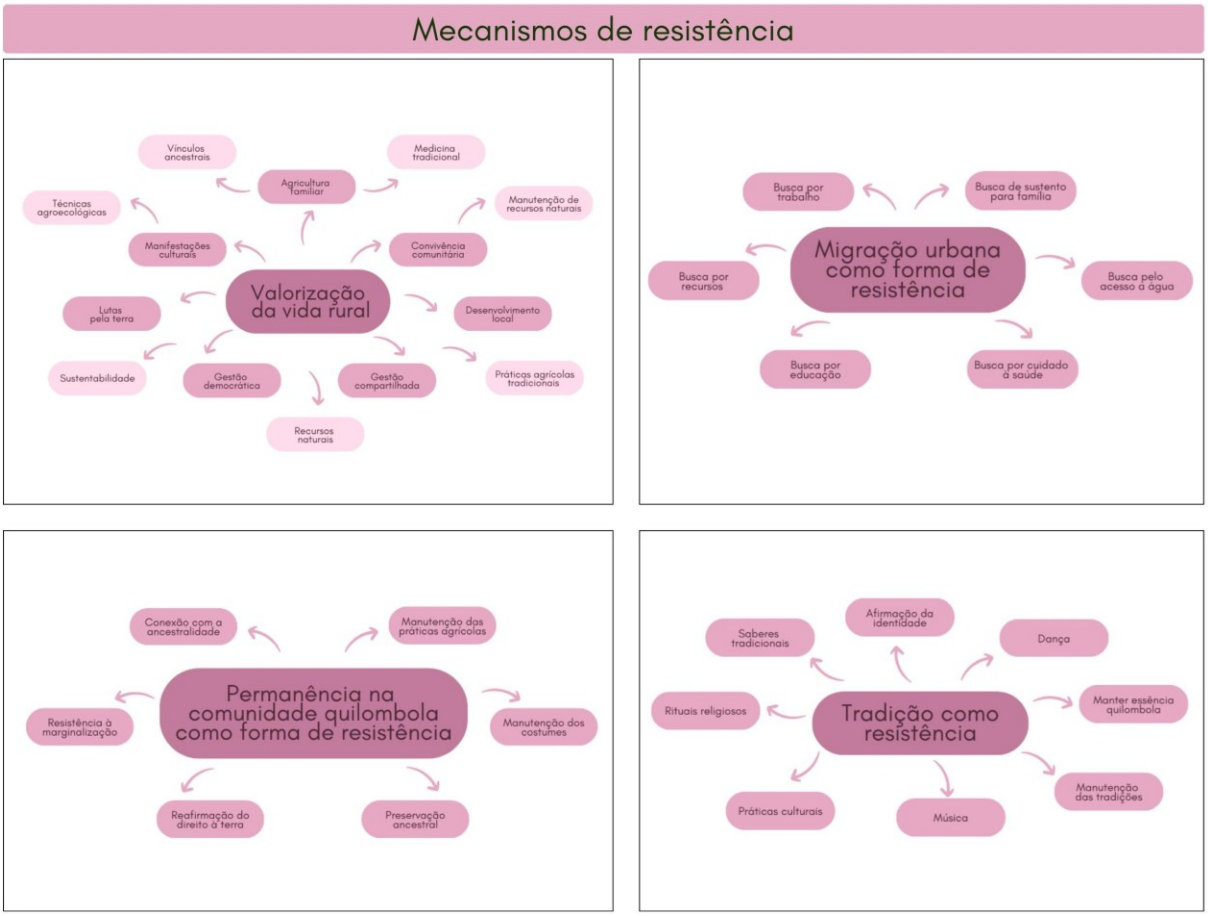

Figura 1. Mapa temático: mecanismos de resistência
Fonte: Elaborado pelos autores.

As quatro formas de resistência mapeadas revelam como os quilombos atualizam o conceito foucaultiano de "agonismo" (Foucault, 1999) - não uma oposição binária ao poder, mas uma relação permanente de provocação estratégica, onde táticas de sobrevivência se tornam atos políticos que reconfiguram as próprias estruturas de dominação.

De maneira geral, os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas são diversos e interconectados, refletindo tanto a luta pela preservação da cultura e do território quanto a busca por alternativas de sobrevivência em um contexto de marginalização e exclusão. Contudo, esses mesmos mecanismos, ao se chocarem com as forças estruturais de opressão e com a ausência de políticas públicas efetivas, acabam por contribuir para o êxodo rural e para as migrações aos centros urbanos. A resistência quilombola, portanto, é marcada por uma tensão constante entre o desejo de permanência no território ancestral e a necessidade de adaptação às dinâmicas impostas pelo mundo urbano-industrial, configurando-se como uma luta contínua pela dignidade e pela sobrevivência (Almeida & Nascimento, 2022).

CC BY NC

Considerações Finais

Este artigo teve como objetivo identificar os mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas da comunidade Curral Novo (MG) diante das condições adversas e pressões externas e como eles contribuem para as migrações para os centros urbanos. No que tange à identificação dos mecanismos de resistência adotados pelos quilombolas frente às condições adversas e pressões externas, revelou-se uma complexa rede de estratégias que buscam preservar a identidade, a cultura e a autonomia da comunidade, mesmo diante de desafios significativos. Entre esses mecanismos, foi possível destacar a valorização das práticas tradicionais, a preservação dos modos de vida comunitários e a organização em movimentos sociais que reivindicam direitos fundamentais, como acesso à terra, educação e recursos básicos. Essas formas de resistência são, ao mesmo tempo, atos de afirmação cultural e de contestação às forças que tentam homogeneizar e explorar essas comunidades.

Contudo, quando essas estratégias se mostram insuficientes para garantir uma sobrevivência digna e a continuidade no território, muitos quilombolas optam por migrar para os centros urbanos em busca de melhores oportunidades e acesso a direitos básicos que lhes são negados em suas comunidades, revelando uma resistência adaptativa que busca, em novos espaços, condições de vida mais favoráveis. Essa migração para as cidades, embora possa parecer uma ruptura com a vida comunitária, pode ser vista como uma forma de resistência que redefine o próprio conceito de pertencimento e luta quilombola.

Assim, as migrações para os centros urbanos representam não apenas uma resposta às pressões econômicas e sociais, mas também uma extensão da luta quilombola por reconhecimento e sobrevivência, que persiste além dos limites físicos do quilombo. Essa dualidade entre permanecer e migrar mostra como a resistência dos quilombolas se manifesta de maneiras múltiplas, reconfigurando-se conforme as circunstâncias e reafirmando, o direito à dignidade e à identidade cultural.

Este estudo trouxe contribuições significativas sobre as relações de poder em comunidades quilombolas, especialmente em relação ao êxodo rural como ato de resistência nos níveis acadêmico, organizacional e social. Por essa razão, considerou-se relevante a investigação das motivações que levam estes indivíduos a abandonarem suas raízes e tradições, assim como a identificação das influências por trás das decisões dessas migrações. É importante também entender como o fenômeno do êxodo rural pode afetar a identidade dos quilombolas e aprofundar na análise das relações de poder em relação aos processos sociais, culturais, econômicos e acadêmicos que influenciam as decisões migratórias nesta comunidade.

CC BY NC

Como limitações da pesquisa, destaca-se a dispersão entre os que permaneceram no quilombo, os que residem na cidade de Virgem da Lapa e os que migraram para outros locais. Isso dificultou a reunião de todos os possíveis participantes, podendo influenciar na amplitude da coleta de dados.

Como sugestões para pesquisas futuras, considera-se promissora a utilização de métodos de pesquisa etnográfica que permitam uma investigação mais profunda das realidades dessas comunidades, fornecendo um entendimento das dinâmicas de pertencimento, identidade e adaptação em diferentes contextos urbanos e rurais. Propõe-se ainda a importância de estudos que possam avaliar programas governamentais que incentivem o retorno dos quilombolas ao campo. Ao buscar iniciativas que respeitem a identidade cultural e o modo de vida tradicional desses povos poderá garantir o retorno deles ao campo de forma sustentável e de acordo com os interesses de suas comunidades.

Referências

Almeida, M. R. G., & Nascimento, E. F. (2022). Ocupação, produção e resistência: terras quilombolas e o lento caminho das titulações. *Interações*, *23*(4), 945-958.

Boni, V., & Quaresma, S. J. (2005). Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. *Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC*, *2*(1), 68–80.

Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, *3*(2), 77-101.

de Souza Leão, A. L. M., de Araújo, S. L. E., Ferreira, B. R. T., & Moura, B. M. (2017). Guerra biopolítica e crise de representação democrática na copa do mundo 2014. *Revista de Gestión Pública*, *6*(2), 215-245.

Fachini, E. C. S., & Ferrer, W. M. H. (2019). Biopolítica e biopoder como forma de intervenção na ordem econômica e de controle social: a lei geral de proteção de dados como inibitória da manipulação social. *Revista Direito UFMS*, *5*(2), 226-246.

Foucault, M. (1988). *História da sexualidade I: A vontade de saber.* (13a. ed.). Edições Graal.

Foucault, M. (1999). *Em defesa da sociedade*. Martins Fontes.

Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. São Paulo: Martins Fontes.

Foucault, M. (2019). *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* (42a. ed.). Vozes.

Foucault, M. (2021). *Microfísica do poder.* (13a ed.). Paz & Terra.

Franco, L. L. S. G. (2019). *Educação quilombola, resistência e empoderamento: estudo na comunidade quilombola de são domingos em Paracatu-MG* [Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Federal de Uberlândia]. Repositório Institucional - Universi-

CC BY NC

dade Federal de Uberlândia.https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/21110?locale=es

Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. *Revista de Administração de Empresas, 35*(3), 20-29.

Leite, I. B. (2000). O Quilombo no Brasil: questões conceituais e normativas. *Estudos Afro- Asiáticos, 38*(1), 9-26.

Mattos, H. M. (2006). Políticas de reparação e identidade coletiva no meio rural: Antônio Nascimento Fernandes e o quilombo São José. *Estudos Históricos, 1*(37), 167-189.

Nascimento, B. (2021). O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. In A. Ratts (Org.). *Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos* (pp. 54-55). Zahar.

Nunes, G. H. L. (2024). Educação escolar quilombola e políticas curriculares: territórios em disputa. *Identidade, 29*(1), 201-231.

Pereira, L. A. (2014) *Nas trilhas de uma comunidade quilombola: tradição, oralidade, memória coletiva e identidade* [Dissertação de Mestrado em Estudos Linguísticos, Universidade Estadual de Feira de Santana]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações – UEFS. https://graosdeluzegrio.org.br/files/2017/10/DISSERTA%C3%87%C3%83O-LUCIANA-DE-ARA%C3%9AJO-PEREIRA.pdf

Reis, J. J., & Gomes, F. S. (1996). *Liberdade por um fio: história dos quilombos no Brasil*. Companhia das Letras.

Ribeiro, D. W. A. (2020). Resistência ontem e hoje: a historicidade das lutas dos quilombos do Vale do Ribeira nas narrativas quilombolas. In *Anais do Encontro Nacional de História Oral*, Belém, PA, Brasil, 15.

Santos, J. (2012). O êxodo rural e suas causas e consequências. *Revista Brasileira de Geografia, 22*(1), 34-57.

Santos, R. E. F. (2018). Território e identidade quilombola: uma análise da comunidade de São Francisco do Paraguaçu-BA. *Caderno Prudentino de Geografia, 40*(2), 5-24.

Santos, A. B. dos. (2023). A terra dá, a terra quer. Ubu Editora.

Silva, E. (2010). O êxodo rural nas comunidades quilombolas: um estudo de caso no município de Nossa Senhora do Livramento (MT). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, 12*(2), 89-104.

Kátia Sinara Coelho de Souza Barbosa (katia.coelho.souza@educacao.mg.gov.br) trabalhou no planejamento da pesquisa, coleta e análise dos dados e escrita da dissertação de mestrado (origem deste artigo).

CC BY NC

Gestão.Org - Revista Eletrônica de Gestão Organizacional
Universidade Federal de Pernambuco
ISSN: 1679-1827

Alyce Cardoso Campos (alycecardosoc@yahoo.com.br)* trabalhou na orientação da dissertação, no planejamento da pesquisa e escrita do artigo.

Valderí de Castro Alcântara (valderidecastroalcantara@gmail.com) trabalhou na revisão e edição do artigo.

*Autor-correspondente.

Data de Submissão: 26/02/2025 Data de Aprovação: 20/05/2025.

Editor-Chefe: Diogo Henrique Helal.
Editor Adjunto: Bruno Melo Moura.

Esta obra está licenciada sob uma Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY NC 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir
do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da licença: https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR.

Direitos autorais das pessoas autoras, 2025. Licenciado sob Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0). Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original. Texto da Licença: https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/